

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA**

Ref. Pregão Eletrônico nº 9/2019

CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ-MF sob o nº 37.077.716/0001-05, estabelecida no SCIA Quadra 08, Conjunto 12, Lote 14, CEP 71250-730, Brasília-DF, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, com fundamento no art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/2005, apresentar **CONTRARRAÕES AO RECURSO** interposto pela licitante CS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. O que faz com base nas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O recurso da licitante CS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA foi interposto no dia 30/7/2019 (terça-feira). Assim, considerando o prazo legal de 3 (três) dias para a apresentação de contrarrazões estabelecido no *caput* do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005, verifica-se que o termo final ocorrerá somente no dia 2/8/2019 (sexta-feira), sendo, portanto, tempestiva.

II – CONTEXTO FÁTICO

O Ministério da Justiça e Segurança Pública promoveu o Pregão Eletrônico nº 9/2019 com o fim de contratar empresa especializada para prestação de serviços de execução indireta de vigilância armada e desarmada, nas dependências e instalações do referido órgão, compreendendo o fornecimento de mão-de-obra, de uniformes e de equipamentos adequados à execução dos trabalhos, conforme estabelece o item 1.1 do Edital.

Realizada a ata do presente pregão no dia 22/7/2019, declarou-se vencedora de todos os 6 (seis) itens licitados a empresa CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA., ora recorrida. Declarado o resultado, a recorrente apresentou sua intenção de recurso, tendo apresentado em suas razões supostas irregularidades relativas à habilitação da licitante vencedora.

Isso porque a licitante vencedora teria deixado de juntar documentos supostamente indispensáveis, bem como deixado de observar disposições do Edital do presente Pregão que culminariam na sua inabilitação.

Contudo, as alegações apresentadas pela recorrente não merecem prosperar, pois além de se fundamentarem em questões meramente procedimentais que nada impedem o regular trâmite do presente certame licitatório, não estão de acordo com a legislação e jurisprudência aplicáveis ao caso em apreço. Por essas razões é que passa a considerar o seguinte como forma de afastar o alegado.

II – HABILITAÇÃO JURÍDICA

Segundo alega a recorrente, a licitante vencedora não teria cumprido requisitos inerentes à sua habilitação jurídica, tendo juntado toda a documentação prevista no Pregão, com exceção de documento de identificação dos administradores da sociedade empresária, o que supostamente a inabilitaria do presente certame em razão da previsão contida no item 8.6.1. do Edital:

8.6.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Ocorre que a recorrente incorre em equívoco de interpretação do item expresso acima, pois a disposição editalícia em questão exige para a demonstração da habilitação jurídica da recorrente “documento comprobatório de seus administradores” o qual não necessariamente se resume a documentos de identificação pessoal.

Note-se que até mesmo por uma questão de segurança, é recomendável evitar que as licitantes promovam a juntada de documentos pessoais de seus administradores, disponibilizando ao público informações como filiação e nº de inscrição no CPF.

Para a comprovação da exigência, a licitante vencedora apresentou alteração contratual que especifica a composição de seu quadro social e a ele atribui os respectivos poderes de administração. Tal documento foi devidamente registrado e averbado perante a JCDF, nos termos do Edital.

Ainda que isso não fosse suficiente, a recorrida também apresentou procuração pública em que confere plenos poderes ao seu procurador. Destaca-se que a forma desse instrumento é dotada de fé pública pois é lavrada por tabelião do Cartório de Notas, cuja análise depende também da identificação pessoal do outorgante e do outorgado.

Note-se que essa identificação é crucial para elidir qualquer tipo de fraude, afastando, portanto, qualquer impugnação quando à validade do instrumento do mandato. Dito isso, todas as informações necessárias quanto à identidade das partes constam da procuração pública juntada pela licitante vencedora.

Portanto, devem ser afastados os argumentos expostos pela recorrente no sentido de inabilitar a licitante recorrida. A um, porque foi apresentado, conforme estabelece o Edital, ato constitutivo que comprova a outorga dos poderes de administração a seus sócios. A dois, porque foi juntada procuração pública aonde constam todas as informações necessárias para suprir a exigência do Edital que o recorrente alega ter sido violada.

III – REPRESENTAÇÃO LEGAL

Alega ainda a recorrente que a proposta final apresentada pela licitante vencedora representaria contrariedade ao item 9.1.1. do Edital por ter sido assinada por pessoa supostamente desprovida de poderes de representação no presente certame, uma vez que a assinatura constante da proposta final seria do Sr. PABLO GUTIERRE, e não do Sr. DANILO LAMOUNIER PARAISO.

Na tentativa de comprovar o alegado, a recorrente disponibiliza *link* por meio do qual seria possível acessar a proposta em questão e lá ser constatado que a assinatura não pertence ao representante legal da licitante vencedora. Confira-se:

“10. Ocorre que, ao analisar a proposta final da recorrida ajustada ao seu último lance ofertado, disponível no link: <https://www.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/2019/collective-nitf-content-8>, observa-se que a mesma foi assinada e rubricada por pessoa diversa daquela com poderes no certame, ou seja pelo Sr. PABLO GUTIERRE, e não Sr. DANILO LAMOUNIER PARAISO.”

Sucede que o acesso do referido *link* resulta em página inexistente do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo sequer possível verificar a suposta veracidade das alegações da recorrente:

2019 - Ministério da J. X + -

https://www.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/2019/collectivenitf-content-8

Portal do Governo Brasileiro

Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3 Ir para o rodapé 4

Ministério da

Justiça e Segurança Pública

GOVERNO FEDERAL

Institucional | Central de atendimento | Processo Eletrônico | Dados | Área de impr

VOCÊ ESTÁ AQUI: [PÁGINA INICIAL](#) > [ACESSO À INFORMAÇÃO](#) > [LICITAÇÕES E CONTRATOS](#) > [LICITAÇÕES](#) > [MINISTÉRIO DA](#)

Desculpe, mas esta página não existe...

Além de não comprovar a suposta ausência de capacidade da licitante recorrida, verifica-se que essa alegação não corresponde à realidade, pois a assinatura e rubrica constantes da proposta final da vencedora é, efetivamente, a do Sr. **DANILO LAMOUNIER PARAISO**:

"DECLARAMOS, que na proposta está contida todas as condições do termo de referência do edital e cumprimos todos os itens explanados.

"DECLARAMOS, que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

[...]

DADOS DO LICITANTE

Razão Social: CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA
CNPJ nº: 37.077.716/0001-05
Inscrição Estadual nº: 07.316.383/001-63
Endereço: SCIA QD 08 CONJUNTO 12 LOTE 14
Cidade: Brasília
E-mail: comercial@grupocityservice.com
CEP: 71.250-730
FONE: (61) 2191-6633
FAX: (61) 2191-6493

DO BANCO

Banco do Brasil S/A
Agência Central nº 3382-0
Conta Corrente nº 1.404.269-X
Setor Bancário Sul - Brasília - DF

City Service Segurança Ltda
Danilo Lamounier Paraiso
Diretor Comercial

Ainda que assim não fosse, importa considerar que a participação de uma empresa em um Pregão Eletrônico necessita do prévio credenciamento da pessoa que irá realizar o manuseio do sistema, de maneira que a concessão de poderes pela licitante ocorre de maneira automática.

Mesmo porque, ainda que houvesse quaisquer dúvidas acerca da representação legal da licitante vencedora, seriam realizadas diligências pelo i. pregoeiro com o fito de apurar eventual irregularidade.

Nesse sentido, é a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU):

“Observe o dever de diligência contido no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, de forma a flexibilizar formalismos que podem redundar na frustração ao caráter competitivo que deve reger as licitações na administração pública.” (Acórdão 616/2010 Segunda Câmara)

“Nesse particular, é importante mencionar que a faculdade para realização da diligência preconizada pelo art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, assiste à autoridade julgadora em momentos de dúvidas. Ou seja, caso haja dúvida a autoridade competente pode diligenciar. Entretanto, na dúvida não é lícito ao agente público decidir em prejuízo do interesse coletivo, ainda mais nesse caso que inabilitou a proposta mais vantajosa para a Administração.” (Acórdão 1899/2008 Plenário. Voto do Ministro Relator)

“Veja-se, pois, que o espírito da norma busca aferir se o licitante já executou objeto equivalente ao exigido no certame. Observe-se que esta é uma situação de fato, a qual não poderá ser modificada. Assim, se o atestado é apresentado tempestivamente e a situação de fato indica que, de acordo com o edital, o licitante tem capacitação técnica para a execução do objeto licitado, quaisquer lacunas no atestado poderão ser preenchidas por meio de diligências ou recursos interpostos tempestivamente.” (Acórdão 1899/2008 Plenário. Voto do Ministro Relator)

Essa possibilidade revela-se ainda mais impositiva quando estas dúvidas podem levar à contratação de propostas mais altas, ofendendo assim o princípio da economicidade.

Assim, as alegações do recorrente são infundadas, seja em razão da assinatura constante da proposta final da licitante vencedora não ser de pessoa diversa daquela com poderes no certame, seja em razão dessa falsa premissa não impor a carência de representação legal, pois a mera participação da empresa no Pregão Eletrônico impõe o credenciamento prévio de pessoa a quem ela incumbe do manuseio do sistema.

III – LANCES

Um terceiro e último ponto aventado pela recorrente como irregular teria sido o suposto descumprimento do intervalo estabelecido entre lances no item 6.9. do Edital. Segundo relata a recorrente, a licitante vencedora não teria supostamente observado o intervalo de 3 (três) segundos entre os lances apresentados pela recorrente e os lances ofertados pela recorrida.

Antes de se adentrar na insubsistência das alegações apresentadas pela recorrente, é necessário expor com melhor clareza a distinção existente entre os lances ofertados pelas licitantes. Note-se que a disposição contida nos itens 6.9. e 6.10. refletem o disposto nos arts. 2º e 3º da Instrução Normativa nº 3/2011:

Art. 2º Na fase competitiva do pregão, em sua forma eletrônica, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 4 de outubro de 2013)

Art. 3º Os lances enviados em desacordo com o artigo 2º desta norma serão descartados automaticamente pelo sistema.

§ 1º Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 4 de outubro de 2013)

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 4 de outubro de 2013)

Conforme se depreende do art. 2º transcrito acima, verifica-se existirem duas regras de restrição ao envio de lances em um Pregão Eletrônico:

- Para os **lances intermediários**, que são aqueles enviados pelo MESMO LICITANTE quando INFERIORES AO ÚLTIMO LANCE por ele ofertado, **aplica-se a regra de 20 (vinte) segundos**;

- Para as ofertas **entre lances**, que são aquelas em que os lances são INFERIORES AO MENOR REGISTRADO NO SISTEMA, **aplica-se a regra dos 3 (três) segundos**.

Elucida melhor a questão o decidido pelo TCU no Acórdão nº 485/2015 – Plenário. Confira-se:

“32. São duas as regras de restrição ao envio de lances constantes do transcrito art. 2º da IN 3/2011-SLTI, alterada pela IN 3/2013, a saber:

1ª) **regra de 20 segundos**: o sistema Comprasnet somente aceitará um novo lance de um mesmo licitante após transcorridos 20 segundos do último lance registrado para esse licitante;

2ª) regra de 3 segundos: quando um lance ofertado cobrir o melhor lance até então registrado no sistema Comprasnet, esse lance somente será aceito se ofertado após 3 segundos do melhor lance até então registrado. Entretanto, se o melhor lance até então registrado for do próprio licitante, prevalecerá a regra dos 20 segundos sobre esse lance."

(TCU, Acórdão 485/2015 - PL, Relatora Ministra Ana Arraes. Data da sessão: 11/3/2015)

Dito isso, verifica-se a plena regularidade dos lances apresentados pela licitante vencedora, não havendo que se falar em desconsideração das ofertas. Note-se que a confusão exposta na tabela apresentada pela recorrente inicia com um notório equívoco de interpretação da literalidade dos dispositivos do Edital supostamente violados pela licitante vencedora.

Isso porque, a recorrente alega não ter sido observada a regra dos 3 (três) segundos no trecho a seguir, em que a proposta da licitante vencedora está grifada em amarelo e a proposta da recorrente está grifada em azul:

R\$ 2.851.968,0000	02.674.687/0001-76	22/07/2019 09:36:30:220
R\$ 2.882.009,0000	37.077.716/0001-05	22/07/2019 09:36:33:063

Constata-se que a recorrente parte de um equivocado pressuposto de que os milésimos de segundo também seriam considerados na regra. O que representa evidente erro de interpretação da literalidade do item 6.9. do Edital que expressamente determina a restrição ao envio de lances somente aos segundos e não aos milésimos de segundos.

Ainda a respeito da regra dos 3 (três) segundos, a recorrente segue afirmando esse suposto descumprimento em um segundo momento da apresentação dos lances:

R\$ 381.657,0800	13.019.295/0005-13	22/07/2019 09:29:26:910
R\$ 376.874,0000	37.077.716/0001-05	22/07/2019 09:34:21:307
R\$ 485.926,4100	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:35:11:870
R\$ 381.112,8000	02.674.687/0001-76	22/07/2019 09:35:26:920
R\$ 484.613,2900	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:35:40:153
R\$ 371.307,0000	37.077.716/0001-05	22/07/2019 09:35:42:967

[...]

R\$ 484.613,2900	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:35:40:153
R\$ 371.307,0000	37.077.716/0001-05	22/07/2019 09:35:42:967
R\$ 483.552,9200	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:36:03:750
R\$ 482.377,5100	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:36:25:080
R\$ 480.960,3000	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:36:45:220
R\$ 362.367,0000	37.077.716/0001-05	22/07/2019 09:36:46:847

Ocorre que aqui se verifica tão somente a incidência da regra dos 20 (cinte) segundos (devidamente respeitada), pois tratou-se de apenas de apresentar a cobertura do lance anteriormente ofertado pela mesma licitante (lances intermediários).

Do mesmo modo, ocorreu com os demais itens licitados, nos lances indicados pela recorrente em sua tabela. Confira-se:

R\$ 969.658,0000	37.077.716/0001-05	22/07/2019 09:34:20:197
R\$ 1.049.744,6200	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:35:13:340
R\$ 962.774,0000	37.077.716/0001-05	22/07/2019 09:35:15:107
R\$ 1.048.495,8000	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:35:40:937
R\$ 1.047.487,3600	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:36:04:517
R\$ 980.360,0000	13.277.344/0001-94	22/07/2019 09:36:11:470
R\$ 956.603,0000	37.077.716/0001-05	22/07/2019 09:36:12:797
R\$ 1.046.369,5100	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:36:25:830
R\$ 1.045.021,6900	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:36:45:847
R\$ 1.043.402,2400	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:37:09:597
R\$ 1.041.688,8100	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:37:30:820
R\$ 951.454,0000	37.077.716/0001-05	22/07/2019 09:37:32:007
R\$ 1.040.756,0900	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:37:51:630
R\$ 1.039.480,2800	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:38:11:960
R\$ 1.038.261,5300	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:38:32:167
R\$ 934.052,0000	37.077.716/0001-05	22/07/2019 09:38:33:290

[...]

R\$ 1.770.168,8400	37.077.716/0001-05	22/07/2019 09:34:19:930
R\$ 1.790.160,8700	13.277.344/0001-94	22/07/2019 09:35:06:153
R\$ 1.751.625,0900	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:35:13:840
R\$ 1.750.456,3100	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:35:41:450
R\$ 1.749.512,5100	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:36:05:907
R\$ 1.748.466,3100	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:36:26:300
R\$ 1.733.132,8200	13.019.295/0005-13	22/07/2019 09:36:36:767
R\$ 1.747.204,8800	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:36:46:330
R\$ 1.745.589,2400	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:37:10:037
R\$ 1.760.710,0000	37.077.716/0001-05	22/07/2019 09:37:10:787
R\$ 1.744.085,6300	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:37:31:320
R\$ 1.743.212,6900	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:37:52:053
R\$ 1.742.018,6500	06.311.155/0001-25	22/07/2019 09:38:12:430
R\$ 1.753.982,0000	37.077.716/0001-05	22/07/2019 09:38:12:570

Nesse último caso, inclusive, a regra dos 3 (três) segundos tampouco é aplicável porque a licitante recorrida não apresentou lance que pudesse cobrir o lance da empresa que estava em 1º lugar.

GRUPO II – CLASSE VII – PLENÁRIO
TC 034.794/2014-0.

“EXAME TÉCNICO

Das respostas do Serpro e da SLTI/MPOG (peças 20 e 23)

6. O Serpro e a SLTI/MPOG forneceram, em suma, as mesmas informações em relação aos quesitos formulados.

7. A SLTI, em sua resposta (peça 23), relatou uma série de medidas adotadas com vistas a coibir a ocorrência de práticas desleais em certames promovidos no sistema Comprasnet (itens 9 a 19).

8. Em relação à situação verificada, extraem-se os seguintes trechos da resposta da SLTI:

26. Posto isso, nota-se, peremptoriamente, que há dois tipos de lances, que se diferenciam pela sua natureza: 1º) lance inferior ao menor lance registrado no sistema - objetiva cobrir a melhor oferta "entre lances" e 2º) lance inferior ao último ofertado pelo mesmo licitante - intermediário" - cuja natureza é rever o seu preço ofertado sem, contudo ultrapassar o primeiro lugar.

27. De sorte que os lances intermediários poderão ser aceitos quando inferiores a 3 (três) segundos ou em milésimos de segundos do menor preço, posto que sua prática não é coibida, já que para eles há a regra dos 20 (vinte) segundos sem, com isso, comprometer a disputa pelo menor preço, haja vista que esses lances não têm reflexo na disputa pelo menor preço mas, tão-somente, quanto ao redimensionamento da classificação intermediária. Forçoso reconhecer, ao seu turno, que a norma em nenhum momento impõe a regra dos três segundos aos lances intermediários. Se assim o legislador o quisesse, haveria de estar expressamente previsto."

Veja-se, a regular oferta dos lances obedeceu a prescrito nas disposições editalícias, pois **nem a IN nº 03/2011, nem o Edital estabeleceram a imposição da regra dos 3 (três) segundos aos lances ofertados pela mesma licitante apenas como forma de cobrir o valor de lance ofertado anteriormente.**

Por essa razão, fica clara a inexistência de qualquer falha no sistema ante o recebimento das propostas da licitante vencedora, pois os lances apresentados por ela estão em plena sintonia com os ditames do Edital e da legislação de regência.

IV - FORMALISMO

Analizados os fatos ocorridos no certame, sob o prisma do formalismo moderado e dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, observa-se que, no mínimo, a recorrida atendeu o objetivo final da Administração, consubstanciado na entrega da documentação que comprova suas condições legais para poder executar o contrato administrativo.

Vale destacar que tal matéria, da mitigação do rigor formal em favor do princípio finalístico da licitação pela doutrina e pelos nossos tribunais:

O princípio do formalismo moderado consiste, em primeiro lugar, na previsão de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza,

segurança, respeito aos direitos dos sujeitos, o contraditório e a ampla defesa. Em segundo lugar, se traduz na exigência de interpretação flexível e razoável quanto a formas, para evitar que estas sejam vistas como um fim em si mesmas, desligadas das verdadeiras finalidades do processo (MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 203.)

"Ementa: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE POR DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. EXCESSO DE FORMALISMO. ILEGALIDADE.

1.Tendo a impetrante apresentado à Comissão de Licitação os documentos essenciais que comprovaram o quanto requerido na Lei, e no próprio edital, demonstrando a sua capacidade técnica, bem assim a sua inscrição perante o órgão competente, andou mal a Comissão ao inabilitá-la ao fundamento de que a certidão foi expedida pelo representante do órgão e não em nome do próprio órgão.

2. A jurisprudência tem desprezado rigorismos formais exacerbados no julgamento de processos licitatórios.

3. Remessa oficial não provida." (REO 1998.01.00.091241-8/AC; Relator: Juiz Carlos Alberto Simões de Tomaz; Órgão Julgador: Terceira Turma Suplementar; Publicação: 21/11/2002 DJ p.82; Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento à remessa oficial.)

"Ementa: PROCESSUAL CIVIL. PERDA DE OBJETO. INEXISTÊNCIA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE POR DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. EXCESSO DE FORMALISMO. ILEGALIDADE E RAZOABILIDADE.

1. Resta insubsistente a tese de perda de objeto suscitada pela União, uma vez que não houve o perecimento do objeto pleiteado na exordial com o deferimento da liminar e sim a persistência do interesse processual, já que só o julgamento de mérito anulou a inabilitação da apelada.

2.Certo que a Administração, em tema de licitação, está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital (Lei n. 8.666/93, art. 41), e, especialmente, ao princípio da legalidade, não deve, contudo (em homenagem ao princípio da razoabilidade), prestigiar de forma tão exacerbada o rigor formal, a ponto de prejudicar o interesse público que, no caso, afere-se pela proposta mais vantajosa.

3. Remessa oficial e apelação não providas." (AMS 1999.01.00.014476-1/DF; Relator: Juiz Carlos Alberto Simões de Tomaz; Órgão Julgador: Terceira Turma Suplementar; Publicação: 14/11/2002 DJ p.375; Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento à remessa oficial e à apelação.)

Devem os documentos serem considerados suficientes e competentes, desde que atinjam sua finalidade, ignorando meros formalismos.

É pacífico o entendimento do Tribunal de Contas da União no sentido de que a competição é o princípio norteador da licitação:

Ementa. REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. SUSPENSÃO CAUTELAR DA ASSINATURA DO CONTRATO. OITIVA. DILIGÊNCIAS. NÃO-OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, COMPETITIVIDADE E PROPORCIONALIDADE. OFENSA AO INTERESSE PÚBLICO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO COM VISTAS À ANULAÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS E DA AJUDICAÇÃO DO OBJETO, COM VISTAS AO SEGUIMENTO DO CERTAME. DETERMINAÇÕES. JUNTADA DOS AUTOS ÀS CONTAS ANUAIS. 1. A ampliação da competitividade é princípio norteador do pregão e vem expressamente albergado no caput e no parágrafo único do art. 4º do Decreto n.º 3.555/2000. 2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação. (Tribunal de Contas da União, Plenário, Acórdão TCU 1046/2008, Data 04/06/2008)

Ementa. REPRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADES EM EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA. ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA. Considera-se procedente representação para determinar ao órgão que adote providências com o fim de anular a Concorrência, em razão de irregularidades consistentes em critérios restritivos à competitividade, infringência aos princípios da isonomia, vinculação ao Edital, proporcionalidade, motivação e publicidade e contratação de profissionais cujas atribuições são inerentes às atividades dos servidores da carreira do órgão. (Tribunal de Contas da União, Plenário, Acórdão TCU 264/2006, Data 08/03/2006)

Para a efetiva inabilitação/desclassificação da recorrida seria necessário que se demonstrasse de maneira inequívoca o descumprimento a requisitos legais absolutamente insanáveis, impossível de serem convalidados, fato este que não existiu.

V - DO REQUERIMENTO

Com base no exposto, requer-se o desprovimento do recurso apresentado pela empresa CS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., de forma que se promova a manutenção da decisão que declarou a licitante CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA. como vencedora do Pregão Eletrônico nº 9/2019.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília -DF, 2 de agosto de 2019.

CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA.
Danilo Lamounier Paraiso
Diretor Comercial